

O NORDESTE BRASILEIRO

Manoel Correia de Andrade ¹.

RESUMO

Este artigo faz um estudo sobre a região Nordeste do Brasil, estabelecendo comparações com as outras regiões, a fim de se destacar a sua importância no cenário econômico-social e político do país. Para tanto, apresenta as características do seu meio ambiente, relacionando as condições físicas e as formas de ocupação do território. Analisa a diversidade de sua economia, desmistificando a idéia de área dispendiosa para o governo brasileiro mostrando, porém, o poder de grupos econômicos na solução de problemas, os quais têm maiores interesses. Finalmente, examina as relações cidade/campo, identificando as diversas sub-regiões nordestinas e conclui tecendo considerações sobre a questão regional e a questão nacional.

RÉSUMÉ

Cet article présente une étude qui établit des comparaisons entre la région du Nordeste brésilien et les autres régions du pays, afin de mieux connaître l'importance qu'elle occupe dans le système économique social et politique.

Les formes d'occupation de ce territoire nordestin, restituées dans leur contexte géographique, permettent d'appréhender le milieu. L'analyse de sa diversité économique, montre que cette région n'est pas uniquement dépendante du gouvernement brésilien car de

¹ Professor Dr. - Universidade Federal de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco.

majeurs. L'étude des relations ville/campagne mettent en évidence la présence de diverses micro-régions nordestines, c'est pourquoi en conclusion sera abordé le thème de la question régionale et nationale.

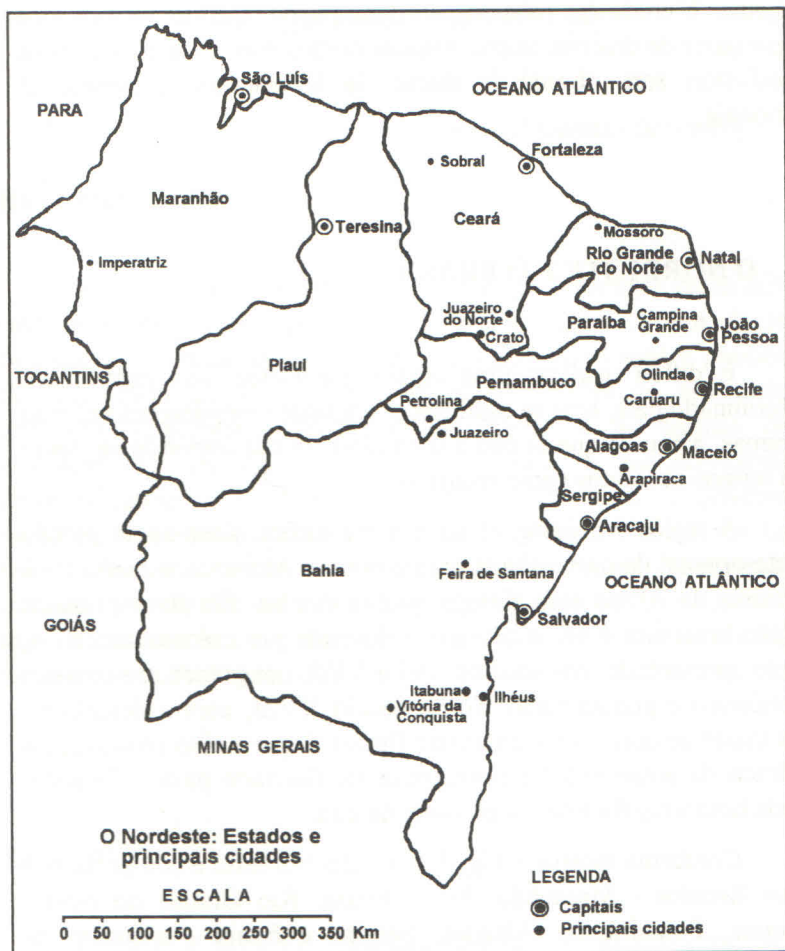
01 - O NORDESTE E O BRASIL

É difícil analisar uma região geográfica, integrada a um determinado país, sem se estabelecer algumas comparações entre as mesmas, a fim de que se tenha uma idéia da sua importância, tanto em termos absolutos como relativos.

A região Nordeste, como o nome indica, situa-se na porção norte-oriental do país voltada para o oceano Atlântico, estando mais próxima da África e da Europa que as demais. Ela foi a primeira região brasileira a ser explorada e povoada por colonos europeus, tendo apresentado, nos séculos XVI e XVII, um grande crescimento econômico e populacional. Só no século XVIII, com a descoberta das minas de ouro e diamantes nas Gerais, é que o eixo econômico e político da então colônia portuguesa foi desviado para o Sudeste, ainda hoje a região mais importante do país.

Conforme mostra a Fig. 1, a região Nordeste é composta por nove Estados - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia - enquanto as outras regiões apresentam um menor número de unidades políticas: o Norte com sete Estados, o Sudeste com quatro, o Sul com três e o Centro Oeste com três Estados e o Distrito Federal, onde se localiza a capital do país - Brasília.

Quanto à extensão territorial, o Nordeste tem 1.556.001 km², correspondendo a cerca de 18,27% do território nacional. É menos extenso do que o Norte e o Centro Oeste e maior que o Sudeste e o Sul, como se pode observar na tabela n. 1. Para efeito de planeja



Fonte: IBGE

Figura 1 - Estados e principais cidades do Nordeste Brasileiro

mento, a lei que criou a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1949, juntou a esta região a porção norte de Minas Gerais, com mais de 140.000 km² e situada no Sudeste. Há, assim, um Nordeste político-administrativo, delimitado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e um Nordeste para efeito de planejamento, delimitado pela SUDENE.

Tabela 1 - Área total, Brasil e grandes regiões

Grandes Regiões	Área Total	
	Absoluta (Km ²)	Relativa (%)
Brasil	8.511.996	100,00
Norte	3.851.560	45,25
Nordeste	1.556.266	18,27
Sudeste	942.266	10,85
Sul	575.316	6,76
Centro Oeste	1.604.852	18,86

Fonte: IBGE - Brasil em números, vol. 2, 1993.

Comparando-se a Tabela 1 com a Tabela 2, pode-se ver que, quanto à densidade demográfica, o Nordeste, em termos brasileiros, é bem povoado, apresentando cerca de 27,29 hab/km², enquanto a média nacional é da ordem de 17,26. Comparando-se com as outras quatro regiões, vê-se que a sua densidade demográfica é bem inferior à do Sudeste, mas bem superior à do Sul, do Centro Oeste e do Norte. Até 1872, quando foi feito o primeiro recenseamento geral da população brasileira, o Nordeste era a região mais populosa e povoada, ganhando para as demais, e o Norte e o Centro Oeste tinham uma população muito rarefeita. No último século, porém, o crescimento populacional do Sudeste e do Sul, face às migrações externas e internas, tornou-se muito acelerado, e a população nordestina, embora permanecesse em crescimento, teve uma perda de importância relativa.

Tabela 2 - Área, população absoluta e densidade demográfica das grandes regiões brasileiras

Grandes Regiões	Área km ²	População (hab.) 1991	Densidade demográfica (hab./km ²)
Brasil	8.511.996	146.917.459	17,26
Norte	3.581.560	10.257.266	2,66
Nordeste	1.556.001	42.470.225	27,29
Sudeste	924.266	62.660.700	67,80
Sul	575.316	22.117.026	38,44
Centro Oeste	1.604.852	9.412.242	5,87

Fonte: IBGE - Brasil em números, vol. 3 - 1993.

Como se vê, da análise da Tabela 2, o Nordeste abriga quase um terço da população brasileira, em menos de um quinto do território do país, nele se situando três das grandes cidades com mais de um milhão de habitantes em suas aglomerações: Salvador, Fortaleza e Recife, embora apresente os maiores índices de pobreza. É uma região de povoamento antigo, cerca de cinco séculos, onde uma economia que vinha em crescimento, esclerosou-se, perdendo competitividade face a regiões hoje mais dinâmicas. Sua produção mineral, agrícola e industrial, bastante expressiva, vem passando por um processo de modernização que, certamente, contribuirá, dentro de alguns anos, para que ela possa diminuir as suas desigualdades frente ao Sudeste e ao Sul.

Para que sua economia se dinamize, torna-se necessário uma série de reformas modernizadoras, tanto técnicas como sociais, que são dificultadas pelos interesses dos grupos econômicos dominantes no país, que se beneficiam do atraso e têm postura bastante conservadora, como se verá nas páginas que se seguem.

Apesar de o Governo Federal vir desenvolvendo uma forte política de controle de natalidade, a taxa de crescimento anual da população ainda é expressiva nas regiões Norte (4,06%) e no Centro Oeste (2,99%), mas é pouco expressiva no Nordeste (1,82%) e em suas duas regiões mais desenvolvidas: Sudeste (1,76%) e Sul (1,38%). A taxa média de crescimento anual do Brasil é superior à do Nordeste, (1,93%).

Não sendo mais um país eminentemente agrícola, como na primeira metade do século XX, o Brasil apresentava, em 1991, uma taxa de urbanização de 75,74%. Este índice, porém, é precário, uma vez que é considerada como urbana toda a população residente em cidades - sedes de municípios - e vilas - sedes de distritos -, sendo essas cidades e vilas, em grande parte, verdadeiros aglomerados rurais habitados por pessoas que trabalham no campo, que dispõem de equipamentos urbanos mais simples, ligados ao comércio e aos serviços. Se fossem adotados critérios mais científicos, como a natureza do trabalho da população ativa, ou mesmo estatísticos, a taxa de urbanização cairia de forma expressiva. Dentre as regiões brasileiras, conforme se pode observar na Tabela 3, o Norte e o Nordeste são aquelas em que a taxa de urbanização, 57,84 e 60,64, respectivamente, são as mais baixas. No Sudeste ela chega a aproximar-se dos 90%, como ocorre nos países mais desenvolvidos, e no Sul aproxima-se dos 74,12%.

Tabela 3 - População rural e urbana e taxa de urbanização das grandes regiões brasileiras - 1991.

Grandes regiões	População Residente			Taxa de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural	
Brasil	146.917.459	110.875.826	36.041.633	75,74
Norte	9.377.150	5.400.722	3.936.378	57,84
Nordeste	42.470.225	25.753.355	16.716.870	60,64
Sudeste	62.660.700	55.149.437	7.511.263	88,01
Sul	22.117.026	16.392.700	5.724.316	74,12
Centro Oeste	10.332.358	8.179.552	2.152.806	79,16

Fonte: IBGE - Brasil em números, vol. 3 - 1993.

De acordo com a distribuição da população, há no Brasil uma grande queda da população rural em face da população urbana. Queda esta provocada, sobretudo, pela expulsão do homem do campo em vista do avanço dos processos capitalistas na agricultura e na pecuária e da concentração da propriedade da terra; o homem do campo é expulso face à diminuição do emprego que decorre da tecnificação da agricultura e da pecuária e da desorganização da pequena produção. Sem habilitação para os trabalhos urbanos mais

qualificados, ele se transfere para as cidades, criando na periferia das mesmas uma concentração populacional que vive em pobreza absoluta, provocando a insegurança, a degradação dos centros urbanos e o ressurgimento de epidemias que haviam desaparecido desde o século XIX. Este processo foi mais rápido no Sudeste e no Sul do país, acelerou-se, nas duas últimas décadas, no Centro Oeste, e é mais lento no Norte e Nordeste. Apesar disto, a população urbana nordestina já ultrapassou os 60 % em 1991 e seus principais centros urbanos se encontram deteriorados, ecológica e socialmente.

O crescimento populacional no Brasil é muito elevado, sobretudo levando-se em conta que a sua população era, em 1950, de 51.944.397 hab., passando para 146.917.459 hab., em 1991; mas, estudando-se em profundidade o crescimento da população, observa-se que a mesma vem se atenuando, não só em consequência da elevada taxa de mortalidade como do uso indiscriminado de formas diversas de anticoncepcionais ou ainda da grande frequência de abortos, mesmo sabendo-se que este procedimento não é legalizado no país. O crescimento populacional do Nordeste é bem inferior ao do país - 2,16 % no decênio 1970/80, ao ano, contra 2,48 % -, sendo o crescimento anual bem mais expressivo no meio urbano que no rural.

Alarmantes são as condições de habitação e saneamento básico, sobretudo quando se sabe que o Brasil está entre os dez países com maior produto interno bruto do mundo. É um contraste gritante quando se faz a comparação entre o seu produto interno bruto e os indicadores sociais, devido à grande concentração da renda; dispõe de um deficiente abastecimento d'água e de esgotos, e o lixo muitas vezes não é coletado ou é coletado e depositado em áreas onde fica exposto ao tempo, ao sol e à chuva, até que seja queimado, quando não é utilizado para aterro de áreas alagadas ou de manguezais. Em 1989, a rede distribuidora de água correspondia apenas, comparando-se com a do Brasil, a 8,32 % das habitações, a rede coletadora de lixo a 2,34 % e a limpeza pública a 8,52 %; sabendo-se que a sua população correspondia a 27,29 % da

população brasileira, vê-se como as condições sanitárias da região são bem inferiores às do país.

O Nordeste, apesar de possuir uma área expressiva e uma população numerosa em relação ao país, de apresentar uma produção expressiva quanto à mineração, à agricultura e à indústria, é integrado como uma área dependente e que fornece ao país uma grande quantidade de divisas, mas recebe, em contrapartida, um retorno pouco expressivo à sua contribuição.

02 - AS CONDIÇÕES NATURAIS E OS TIPOS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Nordeste apresenta características bem diferenciadas. De um modo geral, o clima é quente, com temperaturas superiores a 18° C nos meses mais frios e uma amplitude térmica que oscila pouco na porção litorânea, mas tem amplitudes mais expressivas entre o dia e a noite, no interior. Em algumas áreas de altitudes elevadas - superior aos 70 metros acima do nível do mar -, domina um clima tropical de altitude, onde as temperaturas diminuem até 10° C no inverno. Além da altitude, o clima é influenciado pela umidade do ar, pelo regime pluvial e pela movimentação das massas de ar.

Uma porção de região, que se situa em plena zona intertropical, tendo mais de 650.000 km², acusa um deficiente índice pluviométrico, nela caindo entre 600 a 250 mm. anuais de chuvas; essas chuvas se concentram sobretudo no verão, determinando um período anual de seca. Nos anos menos chuvosos ou daqueles em que há um retardamento do período chuvoso, ocorrem períodos de secas que se prolongam por vários anos, provocando uma verdadeira calamidade e impactos sociais, econômicos e sanitários muito grandes.

Nesta porção semi-árida, que se estende do litoral norte até a porção setentrional de Minas Gerais, chamada de Polígono das secas, encontram-se áreas agrícolas nas altitudes mais elevadas, chamadas localmente de "serras frescas ou de brejos" e são

beneficiadas pela condensação do vapor d'água transportado pelas nuvens. Também nas áreas que se localizam na margens dos rios perenes, como o São Francisco e o Parnaíba, ou mesmo naqueles que, sendo temporários, mantêm em seu leito um lençol freático, são encontradas áreas agrícolas irrigadas. A agricultura irrigada tem, hoje, uma grande importância no sub-médio São Francisco².

A leste e a oeste do núcleo semi-árido e árido, encontram-se áreas de clima úmido com chuvas de verão (Maranhão e Piauí) e de outono-inverno (porção oriental desde o Rio Grande do Norte até a Bahia), onde há uma precipitação anual que oscila entre 1.000 mm. e 3.000 mm. Nos trechos úmidos, existia, na época da conquista portuguesa, uma floresta tropical que, no Maranhão e no Piauí, era uma continuação da floresta amazônica, intercalada, nas superfícies mais altas, por uma vegetação de palmeiras, como o babaçu (*Orbygnia martiana*) e a carnaúba (*Copernicia cerifera*). Os principais rios, como o Mearim, o Itapecuru, o Munim, etc., tinham um regime irregular, apresentando grande volume d'água na estação das chuvas, inundando planícies e várzeas, e um volume bem modesto na estação seca. Não é de estranhar, porque, mesmo rios de grande extensão, como o São Francisco e o Parnaíba, têm regimes semelhantes. O São Francisco, maior rio nordestino com mais de 3 mil quilômetros, antes da construção das inúmeras represas, tinha uma descarga da ordem de 13.000 m³ por segundo na estação das chuvas e de apenas 900 m³ por segundo no estio.

Na porção oriental do Nordeste, na chamada região da Mata, cuja largura varia entre 100 e 400 km de leste a oeste, além de dominar um clima quente e úmido, com uma estação seca pronunciada, os rios são permanentes e alguns deles, como o Paraguaçu, muito caudalosos. De um modo geral, ao se aproximarem do mar eles apresentam um leito profundo em consequência da última transgressão marítima quaternária, formando estuários com manguezais, além de várzeas quaternárias muito utilizadas pela cultura da cana-de-açúcar. Hoje está havendo uma grande modificação nas paisagens litorâneas, em função do

² ANDRADE, Manuel Correia de - Tradição e Mudança. A ocupação de espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1983.

avanço do turismo, de vez que a região oferece sol durante todo o ano.

George H. Hargreaves e Ab'Saber, estudiosos da climatologia brasileira, classificam os climas do Nordeste em semi-árido moderado, semi-árido rústico, semi-árido acentuado e subdesértico, sub-úmido passando a úmido. Nimer classifica o clima regional em: quente e sub-quente. O quente compreenderia quatro sub-tipos: super-úmido, úmido, semi-úmido e semi-árido, e o sub-quente compreenderia o úmido, o semi-úmido e o semi-árido, de acordo com o total pluviométrico anual e o número de meses chuvosos durante o ano³.

Do ponto de vista morfológico, o Nordeste não tem grandes diversificações; situado sobre um velho escudo geológico⁴, ele apresenta uma grande movimentação topográfica, conseqüente tanto de movimentos tectônicos - dobras e falhas - como, em forma mais modestas, do processo erosivo. Entre suas grandes unidades morfológicas se pode salientar o maciço da Borborema, que se estende desde o Rio Grande do Norte até Alagoas, em sentido Nordeste/Sudeste, e a Chapada Diamantina, que corta o Estado da Bahia em sentido aproximadamente Norte/Sul. Estas unidades morfológicas foram esculpidas no cristalino, embora sobre a Chapada Diamantina sejam encontradas formações sedimentares mais recentes. Daí ser denominada de chapada.

Além destes maciços, existem numerosas chapadas no Maranhão e no Ceará, em direção, aproximadamente, norte/sul, como a das Mangabeiras, a das Alpercatas, a da Ibiapaba, a serra Geral e, mais ao leste, as do Apodi e do Araripe, em sentido leste/oeste. A Serra Geral, na porção ocidental, separando a Bahia de Goiás e de Tocantins, também é muito importante e serve de divisor de águas entre as bacias do São Francisco, do Parnaíba e do Amazonas.

³ NIMER, Edmond - Climatologia do Brasil, pp. 315/363. Rio de Janeiro. SUFREN, IBGE, 1979.

⁴ MORFIRA, Amélia Alba Nogueira - Relevo, in geografia do Brasil - Região Nordeste, pp. 1/45. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.

Quanto à vegetação primitiva, embora grande parte da mesma já esteja devastada, era representada pela floresta Atlântica que margeava o litoral desde o Rio Grande do Norte até o sul do país; era uma floresta típica de clima quente e úmido, apresentando uma grande riqueza botânica que permitia o desenvolvimento de uma fauna rica e diversificada. Entre a floresta e o oceano, havia grandes extensões inundadas durante a maré-alta e ocupadas por uma vegetação de manguezais, enquanto nas restingas de solos silicosos havia uma vegetação litorânea que, em grande parte, desde o período colonial, foi substituída por coqueirais oriundos da Oceania. A mata Atlântica foi quase totalmente devastada pela exploração florestal e pela agricultura canavieira, enquanto a vegetação litorânea vem sendo destruída pela expansão da atividade turística. Os manguezais vêm sendo aterrados em função da ampliação das cidades e das áreas de veraneio.

Nas porções de clima semi-árido, desenvolve-se a vegetação de caatinga que, como associação vegetal, ora é classificada como savana ora como estepe. Os estudos botânicos mais recentes admitem que se trata de uma floresta seca que perde as folhas no estio, sendo rica em bromeliáceas e em cactáceas. As árvores de maior porte aí existentes, têm raízes tuberosas que permitem guardar a água dos períodos úmidos para consumi-las nos períodos secos⁵. As queimadas feitas pelo homem vêm acarretando a degradação no porte e na densidade da vegetação⁶, provocando um processo que pode ser considerado de desertificação. O problema se agrava também pela aceleração da erosão, em solos predominantemente silicosos onde domina um relevo bastante inclinado. Não ha uma certa uniformidade nas caatingas, havendo variações fisionômicas acentuadas, levando-se em conta as condições pluviais, os tipos de solos, a direção dos ventos e, sobretudo, a ação do homem.

⁵ KUHLMANN, Edgar - Vegetação, in geografia do Brasil-Nordeste, pp. 85/110. Rio de Janeiro, IBGE, 1997.

⁶ EGLER, Walter Alberto - Contribuição ao Estudo da Caatinga Pernambucana. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, 13 (44) 577-588, out. -dez., 1951.

Em grandes porções do Nordeste dominam estruturas sedimentares, solos silicosos e muito permeáveis, que são ocupados pelos cerrados, sobretudo em sua porção ocidental onde a vegetação arbórea é pouco densa e formada por árvores de caules retorcidos, e no período chuvoso, por uma exuberante vegetação herbácea. Nessa área, a ausência da floresta não é provocada pela falta de chuvas, mas pela rápida infiltração da água em solos permeáveis e profundos. Existe, aí, uma certa profundidade, lençóis d'água que, através de poços, trazem o líquido à superfície, como se observa na bacia do Parnaíba. Hoje, desenvolve-se uma política de utilização agrícola dos cerrados com tecnologia moderna e importada.

Os cocais ocupam grandes porções no norte da região, destacando-se, na porção semi-árida, a carnaubeira, produtora de cera, e, na área mais úmida, o babaçu, produtor de óleo. Outras palmeiras, como o buriti (*Maritia vinifera*), a bacaba (*Denocarpus distichus*), etc., são menos abundantes. Os botânicos discutem se os cocais são uma formação natural, primitiva, ou se surgiram em conseqüência, em tempos pretéritos, da destruição da floresta equatorial. Hoje, após a queima da floresta, geralmente eles renascem com grande exuberância e dão origem a grandes palmeirais. Suas folhas, seus troncos e seus frutos da carnaubeira são largamente utilizados pela população local, quer na construção de habitações e na confecção de utensílios domésticos, quer como alimentos, ou na industrialização de cera contida nas folhas.

A floresta amazônica se expande pela porção ocidental do Maranhão, que apresenta características muito mais amazônicas do que nordestinas; as estações chuvosas são prolongadas, a sua vegetação é exuberante e os costumes dos seus habitantes são amazônicos. Essa vegetação vem sendo impiedosamente destruída pelo homem, em seu avanço para o oeste, na ânsia de ampliar culturas e pastagens.

Avaliando-se o quadro natural nordestino, constata-se a falta de homogeneidade que caracteriza uma região, quer do ponto de vista natural, quer do ponto de vista geográfico humano, cabendo nela várias regiões e não apenas uma; assim, seriam nordestes e não

Nordeste, como já salientou Gilberto Freyre⁷; além disso, este quadro natural já sofreu e continua sofrendo grandes modificações devido à ação do homem. A Mata Atlântica, por exemplo, quase desapareceu, sendo encontrada apenas em umas poucas reservas protegidas pelo Governo Federal; as caatingas, os cerrados e os cocais estão em processo de destruição e de intensa ocupação, perdendo as suas características; a floresta pré-amazônica está em grande parte destruída; o rio São Francisco, em consequência da construção de barragens, está se transformando em uma série de lagos ligados por pequenos canais, etc. São transformações feitas pelo homem, muitas vezes com incentivos governamentais e preocupações exclusivamente econômicas, com o maior desprezo pelas consequências ecológicas e sociais.

03 - AS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Ao contrário do que se divulga na mídia, o Nordeste não é uma área dispendiosa para o governo brasileiro, ele tem uma produção expressiva e bastante diversificada, como se pode observar nas páginas que se seguem. A sua participação na produção de vários setores é grande, seja na mineração, na agricultura, na pecuária ou na indústria. Na verdade, pode-se admitir que o Brasil é um país onde se convive com condições de Primeiro Mundo ao lado de condições do Terceiro Mundo. Analisando o problema, o economista Edmar Bacha afirmou que estas diversificações eram tão agudas que o país poderia se chamar de Belíndia, porque em seu território conviviam situações sociais semelhantes às da Bélgica, ao lado de condições sociais típicas da Índia. O Nordeste, dentro desta ótica, superpovoado e ocupado há cinco séculos, seria, esquematicamente, a Índia, enquanto o Sudeste e, até certo ponto, o Sul, seriam a Bélgica. As duas outras regiões, a Amazônia ou Norte e o Centro Oeste seriam áreas ainda sub-

⁷ FREYRE, Gilberto - Nordeste: Aspectos da influência da cana na vida e na paisagem do Nordeste do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1951.

povoadas e em processo de ocupação, podendo, no futuro, se transformar em bélgicas ou em índias.

Mas, não se pode falar na pobreza do Nordeste, de forma generalizada, para todo o seu espaço geográfico e social; nele se encontram, lado a lado, situações as mais diversas. Ha, um contraste muito grande entre as suas cidades, algumas delas formando aglomerações com quase dois milhões de habitantes - Recife, Salvador e Fortaleza - onde se encontram bairros super dotados de recursos e equipamentos, ao lado de favelas habitadas por populações economicamente marginalizadas, vivendo em níveis de pobreza absoluta. E os habitantes dessas favelas ou das palafitas construídas sobre os manguezais, incursionam todos os dias pelas ruas dos bairros ricos à procura de trabalho - empregadas domésticas, faxineiras, motoristas, jardineiros, etc. - pessoas esmolando e outras fazendo pequenos furtos. A insegurança é muito grande e as casas e apartamentos de luxo e de classe média se protegem com muros altos e grades de ferro, como as cidades da Idade Média se protegiam dos inimigos com suas muralhas. Os cruzamentos das principais ruas da cidade são pontos de concentração de crianças que esmolam, que vendem produtos rurais e outras que também assaltam. Os automóveis, mesmo quando não dispõem de ar condicionado, circulam de vidros levantados apesar do calor tropical.

Fora das grandes cidades, ha uma transformação econômica em curso, com a modernização tecnológica, com a expansão do espaço ocupado e com a substituição dos velhos grupos dominantes por novos grupos. Modernização que é altamente concentradora de rendas e que reduz seriamente a oferta de empregos.

A exploração mineral, sobretudo de produtos tradicionais do Nordeste, foi intensificada, e os pequenos grupos produtores ou cresceram ou desapareceram, sendo substituídos por novos grupos, em geral do Sudeste e do exterior. Um caso típico é o da produção de sal marinho, produto explorado desde o período colonial na costa setentrional do Rio Grande do Norte que abastecia a maior porção do mercado brasileiro. Os processos tradicionais de produção e transporte do sal foram reduzidos às áreas marginais, controladas

por pequenas empresas, enquanto grupos econômicos maiores compraram numerosas salinas e as mecanizaram, dispensando cerca de 90 % dos trabalhadores que faziam a exploração de forma tradicional. Estes trabalhadores eram, em grande parte, também agricultores que cultivavam a terra em áreas próximas, de clima semi-árido, fazendo uma migração sazonal, dedicando-se à exploração mineral na estação seca; hoje, desempregados, subsistem com o trabalho nos meses úmidos, migrando na estação seca para outras áreas do país à procura de trabalho, enquanto outros ficam perambulando pelas estradas e pelas cidades interioranas, procurando viver da caridade pública. Ao lado da mecanização da produção, as grandes empresas implantam indústrias de beneficiamento do sal e procuram desenvolver outras atividades, como a criação de camarões. Este processo de modernização, da mesma forma que não apresenta preocupações sociais, também não apresenta preocupações de ordem ecológica, causando impactos sobre o meio ambiente.

O poder dos grupos econômicos é muito grande, fazendo com que se resolvam os problemas que têm maiores interesses para eles, como o da construção de um porto-ilha, na costa norte-rio-grandense, para onde o sal é transportado e depositado à espera dos grandes cargueiros, facilitando o embarque e diminuindo o período de atração dos barcos e o custo de produção.

Outras atividades mineradoras vêm dinamizando a economia nordestina, como a exploração de petróleo, feita nas proximidades da costa da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão e da plataforma submarina, contribuindo, em 1992, com 32,6 % da produção brasileira. O petróleo e seus derivados são consumidos sobretudo no Sudeste do país, onde se localizam as principais refinarias, havendo no Nordeste apenas a de Landolfo Alves na Bahia, e uma usina de asfalto no Ceará. Discute-se, no momento, a implantação de uma nova refinaria no Nordeste, devendo ser localizada em Pernambuco ou no Ceará. A exploração petrolífera traz grandes impactos às áreas produtoras, dinamizando a vida econômica, intensificando o tráfego, atraindo grande número de trabalhadores qualificados e inflacionando os preços das

moradias e dos produtos alimentícios. Em Mossoró, no Rio Grande do Norte, ela praticamente eclipsou as produções tradicionais de sal, de cera de carnaúba e de algodão.

Há, ainda, uma intensa produção de gipsita no oeste de Pernambuco, e de calcário, para produção de cimento, na faixa costeira da região. A gipsita, em sua maior porção, após um primeiro beneficiamento é levada para o Sudeste, através de rodovia e de navegação no São Francisco, onde é beneficiada. O calcário é beneficiado na própria região por grupos econômicos que detêm o oligopólio da produção brasileira - Votorantin, João Santos, Brennand - e tem grande porção do seu mercado consumidor no próprio Nordeste, mercado que é estimulado pela intensa atividade de construção civil em um país onde as cidades estão em crescimento constante.

Numerosos outros produtos minerais são produzidos de forma expressiva no Nordeste, como o ouro, o manganês, o magnésio, a xelita, a cassiterita, etc.; a exploração garimpeira vem sendo substituída pela exploração industrial, mas esta é muito dependente do mercado internacional e nacional, daí as fases de maior e de menor intensidade da exploração.

O extrativismo vegetal é expressivo em algumas áreas, sobretudo naquelas de povoamento pouco expressivo até as primeiras décadas deste século. Ele se destacava sobretudo nos locais distantes das cidades e de difícil acesso, em vista da falta de ferrovias e rodovias. Dentre os produtos extrativistas vegetais se destacam o coco babaçu e a cera de carnaúba. O primeiro ocupa grandes trechos do Maranhão e se estende por áreas do Piauí e do Ceará, onde o clima é úmido. Dele o caboclo retira uma série de produtos, como a amêndoa, de onde extrai o óleo, o tronco, com que constrói cercas e casas, a palha, com que faz objetos artesanais, e a casca utilizada como combustível. O óleo além de ser industrializado, participa de uma série de pratos regionais de grande aceitação⁸.

⁸ ANDRADE, Manuel Correia de - Paisagens e Problemas do Brasil. 5ª edição, pp. 88/96, 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.

A carnaubeira, ocupa as porções de clima semi-árido no Piauí, no Ceará e no Rio Grande do Norte; além de fornecer o tronco e os frutos, fornece a cera que se acumula em sua folhas, durante o estio, e que tem uso industrial, alimentando intenso comércio internacional. Outras árvores, como a oiticica (*Licania rigida*), produtora de óleos leves, o buriti, produtor de fruto largamente utilizado na doçaria, o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) etc., são também largamente exploradas. Ocorre, porém, que, com a valorização do preço da terra e com a expansão no campo das relações de trabalho capitalistas, grande parte das palmeiras vêm sendo desmatadas para utilização como área de pastagem, de cultura de soja e de fruticultura irrigada, diminuindo a intensidade dos tradicionais produtos da floresta de cocais. Alguns produtos, como a cera de carnaúba, vêm sendo substituídos no mercado internacional por plásticos, fazendo cair o preço e a demanda, tomando a sua produção, dentro de alguns anos, anti-econômica.

A exploração de madeiras duras, tropicais e equatoriais, feita de forma intensa e desordenada desde o início da colonização, fez com que áreas florestais de grande extensão fossem reduzidas a pequenas "ilhas", geralmente nas serras. Essa exploração tornou-se muito intensa na segunda metade do século XX, quando a abertura de rodovias asfaltadas e a expansão da pecuária destruíram as últimas grandes florestas situadas no sul da Bahia e no oeste do Maranhão, reservas ricas em madeiras de lei, como o ipê (*Tabebuia* sp.), o jacarandá (*Machaerium villosum*), a sucupira (*Ormosia* sp.) e o mogno (*Swietenia macrophylla*). A própria política governamental, ao mesmo tempo que protegia, na lei, a preservação das florestas, na prática, estimulava a sua destruição, subsidiando o reflorestamento à base de florestas homogêneas de eucaliptos e de pinus. Só nos dois últimos decênios, é que o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) vem fazendo maior vigilância dos restos da Mata Atlântica.

Os estudos sobre meio ambiente e ecologia vêm sendo desenvolvidos pelas instituições de pesquisas, pelas organizações não governamentais e pelas universidades, como ocorreu com a

Universidade Federal da Paraíba, com um estudo de profundidade realizado em colaboração com o Centro de Estudos de Geografia Tropical de Bordeaux⁹.

A pesca no Nordeste, de forma artesanal no oceano, sobretudo nas áreas costeiras e em águas dos estuários, nos rios e açudes construídos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), vem sendo substituída por formas industriais. Torna-se necessário, porém, um controle dos períodos de pesca, a fim de preservar as espécies, como a lagosta (*Palinurus argus*), que tem grande aceitação no mercado internacional e ativa importante comércio de exportação. Em algumas áreas vem sendo desenvolvida a piscicultura, com espécies oriundas da Amazônia, em tanques ou açudes do DNOCS, e de camarões em áreas especialmente preparadas no litoral, e que têm um mercado muito dinâmico tanto no Brasil como no exterior. É necessário, porém, intensificar a fiscalização da pesca, devido à ação de barcos estrangeiros que atuam em águas nacionais, utilizando processos altamente predatórios, como ocorre na foz do rio Amazonas no Norte do país.

Nas atividades agrícolas observa-se um grande contraste entre a agricultura tradicional e a moderna. Na agricultura tradicional, destacam-se produtos, como a cana-de-açúcar e o cacau, que formam a chamada grande lavoura, ao lado de produtos destinados ao consumo local e regional, como o inhame, a batata doce, a mandioca, etc. No que se refere à grande lavoura, observa-se que, mantidas as estruturas herdadas do período colonial, existe uma política de proteção, com garantia de preços mínimos, de empréstimos a juros baixos e de subsídios aos grandes e médios proprietários, que contribuiu para aumentar a concentração da propriedade da terra e da renda, em detrimento dos pequenos e médios produtores que perderam o controle da industrialização, com a substituição dos antigos engenhos bangüês pelas usinas de médio e grande portes. Apesar de tudo, os industriais do açúcar não foram eficientes na política de modernização, e o Nordeste perdeu a prioridade da produção de açúcar e do álcool frente à concorrência

⁹ Geografia et Ecologie de la Paraíba (Bresil). CNPq/CNRS - Universidade Federal da Paraíba/Université de Bretagne Occidentale. Telence, 1982.

do Sudeste e do Centro Oeste. Em 1991, a produção de cana-de-açúcar correspondeu a apenas 77 usinas de açúcar e 77 destilarias de álcool, enquanto no Brasil estavam em funcionamento 190 usinas e 355 destilarias. As usinas e destilarias do Nordeste estavam localizadas, em sua maioria absoluta na porção oriental da região na faixa úmida.

O cacau concentrava-se no sul da Bahia, que detinha 92,8 % da produção brasileira em 1991, destinada, em grande parte, à exportação, competindo com a produção dos países africanos do Golfo da Guiné, com um mercado certo na comunidade Européia. A sua produtividade no Brasil é baixa, criando dificuldades para concorrer no mercado internacional. Na década de cinquenta, o Governo Federal criou uma comissão com a finalidade de aumentar a produtividade da cacauicultura baiana - a Bahia produz mais de 90 % da produção brasileira -, mas a política de melhoria da produção levou à intensificação do consumo de insumos e à elevação do custo da produção. Com a queda de preços no mercado internacional, nos anos oitenta, a cacauicultura entrou numa séria crise que só agora, espera-se, seja suplantada.

A agricultura moderna é feita nas áreas irrigadas, nas bacias do São Francisco, do Parnaíba, do Jaguaribe, do Açu e de outros rios menores, onde se desenvolve, sobretudo, a produção de mate, de alho, de cebola, de legumes e de frutas que se destinam, em grande parte, à exportação e ao mercado das grandes cidades do país e da região. Um dos exemplos do sucesso dessas culturas é o da uva, destinada tanto ao consumo, como uva de mesa, como à produção de vinho. A uva, que era uma fruta de alto preço e quase sempre importada, hoje é tão popular na mesa do nordestino como aquelas frutas tradicionais e, às vezes, com preço mais acessível.

As frutas nobres, como a melancia, o melão, a goiaba, a manga etc., são cultivadas e comercializadas em grande escala, utilizando a irrigação, sendo produzidas tanto por grandes empresas nacionais e estrangeiras, como em projetos de irrigação que empregam grande número de produtores - os parceiros - organizados em cooperativas. As maiores áreas irrigadas se

encontram nas margens do sub-médio São Francisco¹⁰ tanto na margem pernambucana como na baiana, mas são também expressivas nas várzeas dos rios Jaguaribe e Açu. O entusiasmo pela agricultura irrigada vem fazendo esquecer a viabilidade da agricultura seca, no semi-árido (cerca de 90 % do território semi-árido do Nordeste), enquanto são feitos projetos faraônicos na área de irrigação. No entanto, se discute a implantação de um canal que colete água do rio São Francisco, na altura de Cabrobó, em Pernambuco, levando-a para o Norte, visando alimentar os rios que correm diretamente para o Atlântico, como o Jaguaribe e o Açu, a fim de expandir a área de agricultura irrigada. Não se vem levando em conta, porém, se a descarga do São Francisco irá permitir uma grande captação d'água que compense os custos de construção e manutenção do canal, ou o impacto ecológico que trará a sua construção, sabendo-se que este rio é responsável pela produção de energia de toda a região, e como se já não existissem, na área setentrional, recursos hídricos ociosos nos açudes e nos próprios rios temporários. Nunca é demais lembrar que uma obra de grande vulto é sempre sensível a políticos que necessitam se reeleger a cada quatro anos, a empreiteiras que ganham quantias nababescas nessas construções faraônicas e à mídia.

A pecuária é muito importante no Nordeste, onde se encontram cerca de 17,5 % do rebanho bovino, 28, 5 % do rebanho suíno, 89,8 % do rebanho caprino e 39,3 % do rebanho ovino. Da mesma forma que na agricultura, ha na pecuária, um grande desnível entre os padrões tradicionais, dominantes no Sertão, e aqueles usados na porção oriental. Nas áreas mais distantes, ao Oeste, o gado é criado solto, em campo aberto, sendo reconhecida a propriedade dos animais pela marca do proprietário, ou é criado em grandes cercados, sem maiores preocupações com a alimentação, a seleção racial e a assistência sanitária. Entre os bovinos dominam animais crioulos, descendentes daqueles trazidos pelo colonizador e

¹⁰ ANDRADE, Manuel Correia de - Tradição e Mudança, pp. 75/82.

muitas vezes cruzados com raças importadas; as vacas produzem quase sempre pouco leite e os animais levam de 4 a 6 anos para chegar ao ponto de abate, tendo pequeno peso, de 6 a 8 arrobas (15 kg.) em média.

Na porção oriental, há uma preocupação com a alimentação do animal, sobretudo no período seco, com a seleção e a especialização quanto à raça e com os cuidados sanitários, típicos do Primeiro Mundo. Algumas áreas se especializam na produção de gado leiteiro, com plantéis de origem européia - holandesa, jersey, etc., ou indiana, como o Gir. Em outras domina o gado de corte, com animais de origem européia - suíço pardo, charolês, chianina - ou de origem indiana - Nelore, Guzarat, Indo-Brasil - ou com raças híbridas, selecionadas nos Estados Unidos - Sta. Gertrudes - ou no Brasil - pitangueira. Coexistem no Nordeste, vários sistemas de criação que classificamos em quatro tipos: pecuária ultra-extensiva em campo aberto, pecuária extensiva em cercados, pecuária semi-intensiva e a pecuária intensiva.¹¹

Quanto às atividades agropecuárias, encontramos formas tradicionais de cultura da terra e de criação, ao lado das formas modernas, mas as estruturas de produção não sofreram transformações profundas. Os proprietários dos estabelecimentos ou são os descendentes dos antigos colonizadores ou são empresas agroindustriais regionais, nacionais e internacionais, enquanto os trabalhadores rurais são os descendentes da grande massa dos excluídos da sociedade colonial: os negros escravos, os índios desapropriados pelo colonizador e os brancos pobres que migraram sem maiores recursos ou que os perderam no processo de colonização. A inexistência de uma política de apoio à pequena produção agrícola e pecuária e de organização dos pequenos produtores em cooperativas que atuem no sistema creditício, na orientação agrônômica e no processo de colonização, vem contribuindo para a aceleração da concentração da propriedade e do

¹¹ ANDRADE, Manuel Correia de - L'elevage dans le Norde-Est du Bresil. Bordeaux. Les Cahiers d'Outre Mer 1966, t XXXI.

empobrecimento do trabalhador rural, que perde cada vez mais o controle dos instrumentos de produção e se proletarizam; com a proletarização, consequência do uso intensivo da tecnologia, vem o desemprego, como já foi caracterizado no estudo sobre a evolução do processo açucareiro no Brasil¹².

04 - AS RELAÇÕES CIDADE/CAMPO E INTER-REGIONAIS

Analisando-se a distribuição das cidade pelo Nordeste, observa-se a existência de três centros urbanos com mais de um milhão e meio de habitantes em suas aglomerações e que são classificadas como metrópoles regionais. Elas são capitais de Estados - Recife de Pernambuco, Salvador da Bahia e Fortaleza do Ceará - mas têm uma área de influência superior ao território sob sua jurisdição. Além de centros administrativos são também centros comerciais, industriais e de serviços, sobretudo de educação e saúde. Depois dessas, se encontram as capitais dos demais Estados - São Luís no Maranhão, Teresina no Piauí, Natal no Rio Grande do Norte, João Pessoa na Paraíba, Maceió em Alagoas e Aracaju em Sergipe - e algumas cidades de expressivo tamanho populacional, que funcionam como centros regionais, segundo ainda a terminologia do IBGE. Seguem-se, depois, os centros sub-regionais e locais. Há cidades de grande importância funcional, como Campina Grande, Mossoró, a conurbação Crato-Juazeiro do Norte, Caruaru, a conurbação Petrolina-Juazeiro, Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna.

Se se quiser fazer um estudo para melhor compreender o sistema de inter-relações na região Nordestina, é interessante que, além de localizar as cidades, se procure caracterizar as regiões que são dependentes e as razões históricas que as projetaram. Assim, Campina Grande teve uma grande área de influência em função do comércio do algodão, e, quando este perdeu importância, ela já havia desenvolvido uma série de estruturas de serviços e se tornado

¹² ANDRADE, Manuel Correia de - Modernização e Pobreza. A expansão da agroindústria canieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo. Editora da UNESP, 1994.

uma cidade importante no sertão paraibano. Formação semelhante teve Caruaru, já Ilhéus e Itabuna se desenvolveram em consequência da expansão da agricultura do cacau e, atualmente, da importância dos serviços de que dispõem, possuindo a primeira um porto de mar bem equipado e a segunda se beneficiando da proximidade de um entroncamento rodoviário. Petrolina-Juazeiro resultaram da importância do porto fluvial, a montante da área encachoeirada do rio São Francisco e, mais recentemente, do desenvolvimento da agricultura irrigada. Além disto, situadas em um entroncamento rodoviário em pleno sertão nordestino, a mais de 600 quilômetros do litoral, ficam quase equidistante das três principais cidades do Nordeste (Salvador, Recife e Fortaleza).

A construção de usinas hidrelétricas, em um país pobre em combustíveis, possibilitou o surgimento de grandes rodovias ligando os pontos mais distantes do Nordeste aos seus principais centros urbanos e às grandes metrópoles nacionais - São Paulo e Rio de Janeiro - e à capital federal - Brasília -, facilitando a circulação de pessoas e de mercadorias. Ao lado dos transportes modernos, as facilidades de comunicação - redes de rádio, de televisão, de telefonia, etc. - fazem com que a população interiorana fique ao par dos acontecimentos na mesma ocasião em que eles acontecem, diminuindo as distâncias entre o rural e o urbano, tornando o rural, até certo ponto, urbanizado.

O grande problema é que, no Nordeste, como de resto no Brasil, só um pequeno percentual da população dispõe de todas as vantagens das técnicas e benefícios da modernidade, a maioria se encontra ainda sem acesso aos mesmos. É como se num mesmo lugar, uma parte da população, que está próxima fisicamente da outra, se encontre a uma enorme distância do ponto de vista cultural, econômico e social. Ao nosso ver, o grande desafio da modernização é socializar o bem-estar que a técnica pode proporcionar, fazendo com que os seus benefícios atinjam a todos.

05 - AS SUB-REGIÕES NORDESTINAS

Em escala brasileira, pode-se falar no Nordeste como uma grande região geográfica que compreende uma área de mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados. Entretanto, as diferenciações existentes neste território são de tal ordem que se pode dividi-lo em, pelo menos, cinco regiões geográficas bem caracterizadas, que se distribuem à proporção que se caminha de leste para oeste.

Assim, na porção oriental nordestina se encontra a região tradicionalmente chamada da Mata e Litoral Oriental, que forma uma faixa estreita - em geral de menos de duzentos quilômetros que se estende no sentido norte-sul desde o Rio Grande do Norte até a Bahia. Observando-se a paisagem, verifica-se a existência de uma faixa formada por depósitos quaternários, com degraus de dois a cinco metros acima do nível do mar, e superfícies arenosas, cortadas pelos vales dos rios, onde são encontrados depósitos argilosos, e próximo à foz dos rios, trechos abaixo do nível da maré alta que são invadidos diariamente pelas água do mar. Encontram-se, aí, depósitos argilosos muito hidratados onde se desenvolvem grandes manguezais em que domina o *Rizophora mangle*. Nesses manguezais, que em alguns lugares formam verdadeiras florestas, há uma grande riqueza biológica representada por peixes e crustáceos, além de numerosas aves que retiram a alimentação do próprio mangue.

Ao lado dos mangues, encontram-se grandes superfícies argilosas; nelas, primitivamente, dominava uma vegetação de restinga com matas de cajueiro (*Anacardium occidentale*) e pitangueiras (*Eugenia uniflora*), onde, durante o período colonial, se desenvolveu a cultura do coqueiro, importado das Índias Orientais pelos portugueses. Os coqueiros se adaptaram de tal forma à paisagem que muitos escritores se referem a eles como planta nativa. Hoje, o desenvolvimento da indústria turística vem provocando a sua destruição para a construção de casas de veraneio e de hotéis.

A devastação da natureza no litoral vem sendo intensificada também pela exploração dos manguezais e pelo aterro dos alagados, provocando impactos muito sérios ao meio ambiente.

No período colonial, existia a chamada Mata Atlântica, que era perenifólia nas porções mais úmidas e caducifólia naquelas de menor taxa pluviométrica. Com a colonização, a mata foi sendo derrubada para atender à demanda do pau-brasil (*Cesalpinia echinata*) no mercado europeu e, em seguida, para fornecer espaços à expansão da cultura canavieira e lenha para as fomalhas dos engenhos. Com a implantação da agroindústria açucareira, os portugueses desenvolveram uma política de povoamento, tentando fixar a população autóctone, importando escravos negros da África e estimulando a imigração portuguesa. Como consequência, o desmatamento acentuou-se, em face da necessidade de madeiras para a construção de casa e a confecção de caixas onde seria acondicionado o açúcar, e de instrumentos de trabalho, além de áreas para a cultura de lavouras de mantimento e pastagens.

Formou-se, então, uma sociedade patriarcal¹³ capitalista, que estava voltada para o mercado externo e empregava grandes capitais¹⁴, sobretudo de judeus que foram expulsos de Portugal e se fixaram na Holanda. Daí a disputa que ocorreu entre portugueses e franceses pela conquista e domínio da área no século XVI, entre portugueses e flamengos, no século XVII.

A conquista e ocupação do Nordeste foram determinadas pela necessidade do aumento da produção do açúcar que ainda permanece, já nos fins do século XX, como o seu principal produto. A agroindústria açucareira passou por várias fases; primeiramente havia os engenhos movidos a tração animal (bois e éguas) e a água, que produziam a açúcar mascavo; a partir do início do século XIX, foram introduzidos os engenhos a vapor, melhorando a qualidade do açúcar produzido e intensificando a produção de aguardente; nos fins do século XIX, foram implantadas usinas que produziam açúcar demerara e cristal e estelarias de álcool hidratado.

¹³ FREYRE, Gilberto - Casa Grande & Senzala. 4ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.

¹⁴ PRADO JUNIOR, Caio - Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia. 11ª edição. São Paulo. Brasiliense, 1971.

Finalmente, na segunda metade do século XX, tivemos a implantação de grandes usinas com produção superior a um milhão de sacas e destilarias de álcool hidratado e anidro¹⁵.

A expansão das usinas fez recuar a pecuária para as áreas menos úmidas e pouco apropriadas à cultura da cana-de-açúcar, acentuando o sistema monocultor e proletarizando mais ainda o trabalho rural, com a extinção dos pequenos produtores - lavradores e, depois, os fornecedores de cana - e promovendo a integração vertical da indústria que, usando moderna tecnologia e vultosos capitais, hoje procura diversificar o leque de produtos - celulose, papel, adubos, etc. Verifica-se que a grande concentração de usinas e destilarias se encontra na porção oriental da região, sobretudo nos Estados de Pernambuco e Alagoas, embora ocorram pequenas áreas produtoras no sertão (Ceará), na área do São Francisco (Bahia) e no Meio Norte (Maranhão).

A grande crise econômica dos anos oitenta e noventa levou a agroindústria açucareira a enfrentar uma crise que fez com que o Governo, que sempre subsidiou com grande generosidade o setor, se preocupasse em fazer modificações, reduzindo o número de unidades de produção, intensificando a modernização da atividade agrícola, levando a produtividade industrial. Desse modo, um menor número de fábricas produziria uma maior quantidade de açúcar e de álcool.

Para as terras e a mão-de-obra liberadas, apontou-se com a possibilidade de desenvolvimento de culturas tropicais, como a seringueira, o cacaueteiro e frutas, como a manga, a acerola, a goiaba, e legumes que contam com um mercado interno em crescimento e com chances de exportação. Há, até, capitais estrangeiros sendo empregados em culturas como a da acerola. Por outro lado, estimulou-se também o desenvolvimento da pecuária de leite e de corte, inclusive de bubalinos. Resta saber se destas transformações, feitas em benefícios dos grandes produtores e das grandes empresas, sobrarão alguma parcela para os pequenos

¹⁵ ANDRADE, Manuel Correia de - A Terra e o Homem no Nordeste, 5ª edição, pp. 91/112. São Paulo. Atlas, 1986.

produtores pobres, em vias de proletarização, para os trabalhadores sem terra e, em grande parte, sem trabalho.

Há uma opção a ser feita entre a modernização excludente e empobrecedora ou o desenvolvimento que atende a pequenos produtores com projetos cooperativos e comunitários¹⁶.

Uma grande opção para o Nordeste é o turismo, já em fase de grande expansão, de vez que a região conta com sol durante quase todo o ano, praias de areia, cozinha típica e rico folclore. Os carnavais de Salvador, Olinda e Recife são famosos, bem como, nos meses de junho, as comemorações do São João, com músicas típicas - o forró -. Para que o turismo ganhe maior importância, porém, é necessário que se resolvam dois sérios problemas: a segurança e a miséria.

O agreste é também uma faixa estreita que acompanha a Mata desde o Rio Grande do Norte até o Sul da Bahia. É, na verdade, uma faixa de transição entre a Mata e o Sertão, sendo formado, em sua maior proporção por áreas montanhosas situadas nas encostas orientais e sobre o maciço da Borborema e da Chapada Diamantina, com altitudes que oscilam desde os 400 até os 1.000 m. acima do nível do mar. As temperaturas são amenizadas pela altitude, embora a amplitude térmica anual não apresente grandes variações. Os rios que se formam no Agreste, correm, geralmente, para o oceano, cortando a zona da Mata antes de chegar ao seu destino; têm regime irregular, sendo, muitos deles, temporários. As chuvas aí são predominantemente de outono-inverno e provocadas pela umidade trazida pelos ventos alíseos de sudeste e precipitada quando as nuvens se elevam no litoral e nos maciços paralelos à costa.

Nesta zona observam-se trechos mais úmidos que foram cobertos, primitivamente, por florestas; eles estão localizados sobre as serras e planaltos, nos vales com posição sudeste/noroeste e nas encostas situadas a barlavento. Nas áreas a sotavento e nos vales que não são beneficiados pelos ventos úmidos, dominava a vegetação de caatinga, semelhante à do Sertão. A taxa

¹⁶ ANDRADE, Manuel Correia de - Modernização e Pobreza, pp. 153/181. São Paulo, Editora UNESP, 1994.

pluviométrica é geralmente inferior a 1500 mm. anuais e nos anos mais secos grandes trechos da região são atingidos por secas que trazem problemas sérios para a agricultura e a pecuária.

Nos séculos XVI e XVII, a região serviu de refúgio para os índios expulsos do litoral e escravos negros fugidos dos engenhos de açúcar; a sua ocupação foi feita a partir de grandes lutas, mas, uma vez dominados estes grupos, ela foi utilizada como área de criação de gado. Os proprietários da região da Mata obtiveram do Governo Colonial a concessão de grandes áreas, as sesmarias, onde desenvolveram a pecuária bovina e equina, visando manter próximo aos engenhos o gado de corte e de trabalho de que necessitavam. Os empregados e os escravos a quem eram confiados os rebanhos, faziam culturas de subsistência nas serras e nos vales dos rios, para o próprio abastecimento, e desenvolviam criação de caprinos e ovinos. As lavouras de mantimentos feitas nas serras úmidas, chamadas geralmente de "brejos", contribuíram para o desmatamento e a aceleração do processo erosivo das encostas, agravado pelas chuvas.

No século XVIII, em consequência da Revolução Industrial Inglesa, houve uma expansão da cultura de algodão por áreas de criação, dando margem à transferência, para o Agreste, de grandes contingentes populacionais. Tolenare¹⁷, viajante francês que percorreu o Nordeste no início do século XIX, testemunhou a existência de fazendas de gado e algodão que possuíam centenas de escravos e onde havia casas-grandes senhoriais semelhantes às dos engenhos de açúcar.

Nos fins do século XIX e início do XX, ocorreu o surto da cafeicultura, com cafezais se desenvolvendo nas terras altas do Agreste, determinando a destruição das florestas. A erosão provocada pela cafeicultura só foi atenuada porque nessa área, devido ao clima quente, os cafezais eram cultivados com sombreamento, fazendo com que os solos ficassem protegidos pelas folhas e raízes da vegetação que os cercava.

Recentemente, o Agreste vem sofrendo grandes transformações; devido à proximidade das cidades do litoral, as

¹⁷ Notas Dominicais, pp. 112/116. Salvador. Progresso, 1958.

terras estão sendo valorizadas e os criadores de gado evoluíram de uma pecuária extensiva em cercado para uma pecuária semi-intensiva, com grande preocupação com a especialização da produção, com a seleção racial, com a melhoria do padrão alimentar do gado, com os cuidados sanitários e com o controle da lotação. A agricultura também vem se desenvolvendo com a cultura de frutas, como a romã, a acerola, o morango, as mangas, goiabas, etc., com o desenvolvimento da irrigação, com a proteção das encostas, etc.

Outra grande oportunidade para o Agreste é o turismo, de vez que o clima seco e de altitude torna-se uma atração para a população urbana do litoral, que constrói casa de veraneio na montanha em conjuntos fechados, havendo também vários hotéis bem equipados. Para incentivar a atração turística, são aproveitadas as fontes de água mineral, sobretudo térmicas, e se realizam espetáculos, como o da Paixão de Cristo, em Fazenda Nova, onde foi construído um dos maiores teatros a céu aberto do mundo, e manifestações folclóricas, como as festas de São João, que se prolongam por todo o mês de junho em algumas das suas principais cidades.

O Sertão é uma das maiores regiões geográficas do Nordeste, compreendendo áreas de oito dos nove Estados da região. A denominação hoje é confundida com a área de clima semi-árido e árido, onde se sucedem regiões pediplanizadas, serras cristalinas e chapadas sedimentares com o domínio da vegetação de caatinga. As chuvas, escassas, estão concentradas nos meses de verão, e as águas escoam com rapidez devido ao domínio de solos cristalinos e da inclinação do terreno. Ao norte, ele se estende até o litoral, observando-se áreas semi-áridas à beira-mar, onde se desenvolve uma importante indústria de sal marinho que abastece grande parte do mercado nacional. A área está sendo revolucionada pela exploração do petróleo, feita pela PETROBRÁS, companhia que detém o monopólio da produção no território brasileiro.

O Sertão se caracteriza por grandes áreas pediplanizadas, cortadas por rios temporários, e inclinadas em direção ao Atlântico; encontramos aí as caatingas que, desde o período colonial, foram áreas de domínio da pecuária ultra-extensiva em campo aberto, de

bovinos e caprinos. Neste sistema, o gado é criado solto, cuidado por vaqueiros, só chegando ao ponto de abate aos 6 ou 8 anos, fazendo grandes caminhadas até os centros consumidores, áreas próximas a Olinda-Recife e a Salvador¹⁸. No Ceará, ainda no século XVIII, desenvolveu-se uma indústria de carne seca, a chamada carne de charque, a fim de que os fazendeiros se livrassem dos prejuízos causados pela perda de peso dos animais nas grandes viagens. Procura-se, assim, diversificar a pecuária com a produção de animais de tração e de produção de carne. No século XIX, com a grande seca que atingiu a região, a indústria foi transferida para o Rio Grande do Sul e este Estado tornou-se o grande produtor brasileiro de charque.

Este sistema de criação ocupou toda a área de pediplano do Sertão nordestino, mas a ocupação das serras e chapadas contrastava com o mesmo; as áreas altas e úmidas, os chamados brejos ou serras frescas foram inicialmente utilizados para a produção de alimentos e para servir de refrigério para o gado na estação seca. O processo de ocupação do espaço foi semelhante ao do Agreste, embora feito com menor intensidade, havendo uma expansão algodoeira no século XVIII e cafeeira no século XIX. Nos brejos mais amplos, como os do Cariri, no Ceará, desenvolveu-se também uma pequena indústria açucareira, aguardenteira e de rapaduras, que eram tijolos de açúcar para consumo local. Aí não chegava o açúcar da região da Mata, que se destinava sobretudo à exportação. Havia também uma grande variedade de fruteiras tropicais.

Grande área do Sertão é cortada pelo São Francisco, rio perene que recebe em seu médio curso afluentes também perenes, como o Grande e o Corrente. Nas margens do São Francisco foram aldeados e sedentarizados os indígenas vencidos pelos grandes latifundiários das casas da Torre e da Ponte, sob o controle de capuchinhos franceses.

¹⁸ ANDRADE, Manuel Correia de - A. Terra e o Homem no Nordeste, 5ª edição, pp. 150/154. São Paulo. Atlas, 1986.

Nos trechos cortados por rios mais volumosos, desenvolve-se, no leito maior dos mesmos, por ocasião da queda do seu volume d'água, uma agricultura que aproveita a umidade do solo, chamada de agricultura de vazante. Este tipo de agricultura também se expandiu pelas áreas dos açudes construídos pelo Governo Federal na luta contra os efeitos da seca.

Hoje, o médio e sub-médio São Francisco sofrem uma verdadeira revolução agrícola e industrial, com a construção de uma sucessão de barragens destinadas à produção de energia elétrica e à implantação de programas de irrigação, tornando-se uma das áreas mais dinâmicas do Nordeste. São seis represas formando uma verdadeira sucessão de lagos - Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso e Xingó - e, em breve, a de Ibó, que permitem a utilização das águas represadas em projetos de irrigação. A agricultura irrigada é feita por empresas de grande capital, nacional e internacional, e, em menor escala, por pequenos produtores associados em cooperativas. A produção agroindustrial se destaca com a indústria de beneficiamento do tomate e do vinho, tendo também grande importância a produção de legumes e de frutas de mesa - melancia, uva, melão, manga, etc. - destinadas tanto ao mercado regional como ao nacional e internacional. A criação de crustáceos também tem grande importância, tornando alguns centros urbanos, como Petrolina e Juazeiro, cidades muito dinâmicas.

Há uma grande intervenção governamental na área, feita através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e a experimentação agrícola, feita em alto nível, é desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). Lamentável é que todo este processo de modernização e de enriquecimento da sub-região esteja sendo feito quase que exclusivamente em benefício dos grupos econômicos dominantes, provocando o êxodo rural e a desapropriação dos tradicionais posseiros. Além disto, não vem sendo orientada uma política de preservação do meio ambiente, o que pode ser desastroso, a médio prazo, em uma região carente de água.

O meio Norte é uma região de transição entre o Nordeste propriamente dito, a Amazônia e o Brasil Central. Corresponde a grande parte do Maranhão e do Piauí, na porção norte-ocidental nordestina. Muitos geógrafos defendem a idéia de que ele deveria formar uma região geográfica autônoma, em relação ao Nordeste, face às diferenças existentes entre as suas características físico-naturais, à estrutura da ocupação territorial e a sua formação social.

Em linhas gerais, o Meio Norte compreende uma grande porção do território nordestino; em sua porção setentrional (Maranhão e Piauí), é formado por uma grande bacia sedimentar drenada para o Parnaíba, o Itapecuru e o Mearim. O Clima é quente e úmido na porção norte e as taxas pluviométricas vão diminuindo à proporção que se caminha para o sul. Nela dominam as chuvas de verão, devido à influência da Massa Equatorial Continental, formada na Amazônia.

Nas várzeas dos rios que demandam diretamente o Atlântico, domina uma vegetação de cocais onde se destacam palmeiras, como o babaçu e a carnaúba, ao lado de outras de menor frequência quanto à área ocupada e à importância econômica. Nos interflúvios em solos profundos e arenosos, dominam os cerrados que vêm sendo destruídos impiedosamente por empresas que fazem agricultura mecanizada. Na porção ocidental, ao se aproximar da Amazônia, encontram-se florestas galerias que ocupam áreas de maior umidade e melhores solos.

O seu povoamento foi feito, inicialmente, por criadores de gado que utilizavam a força de trabalho indígena (século XVI) e também lavouras de subsistência. No século XVIII, o Marquês de Pombal criou a agricultura de arroz e de algodão, estimulando o desenvolvimento do sistema de "plantation", a escravidão africana e o comércio de exportação. São Luís, a capital construída pelos franceses, nos fins do século XVI, tornou-se o grande porto que comandou a ocupação do interior, sobretudo dos vales do Itapecuru

e do Mearim. No século XIX, desenvolver-se-ia a cultura da cana-de-açúcar, sobretudo no vale do Pindaré¹⁹.

As oscilações na demanda de produtos tropicais no mercado internacional e a lixiviação dos solos desaceleraram o processo de ocupação, passando o Maranhão a viver longo período de estagnação, dedicando-se, sobretudo, à pecuária extensiva e à coleta de babaçu e de outros produtos florestais. No Piauí, até a primeira metade do século XX, dominou a pecuária ultra-extensiva em campo aberto e a exploração extrativa vegetal, destacando-se como principal produto a cera de carnaúba.

Nos últimos cinquenta anos, vem ocorrendo uma grande corrida de migrantes para o Meio Norte, formada, em grande parte, por nordestinos da porção oriental, em decorrência do afluxo de capitais e de incentivos e subsídios governamentais. A energia elétrica vem tendo grande importância e a mineração vem sendo estimulada. As rodovias abertas nos últimos quarenta anos, contribuem para uma intensa circulação da produção.

Do ponto de vista industrial, destaca-se a implantação da indústria de alumínio, na ilha de São Luís, e a instalação do porto de Itaqui, por onde é escoado o minério de ferro de Carajás (Pará). A indústria de cimento se desenvolve em Codó; a agroindústria canavieira, instalada nas margens do Parnaíba (Coelho Neto), se destina tanto à produção de açúcar e álcool, bem como à de celulose, que pode ser obtida utilizando como matéria-prima tanto a cana-de-açúcar como as folhas do babaçu.

Do ponto de vista agrícola, o campo vem se dinamizando com a expansão da cultura da soja, no sul do Maranhão e do Piauí, por empresários vindos do Sul e do Sudeste, com grande apoio financeiro e técnico. Hoje, a soja é um dos principais produtos agrícolas de exportação do Brasil; o seu avanço provoca a desapropriação e expulsão de posseiros, a ocupação de terras, desmatamento, mecanização da lavoura e a aceleração da erosão, com grande impacto sobre o regime dos rios. Este impacto é

¹⁹ MEDEIROS, Jerônimo de - História do Comércio no Maranhão, p. 187. São Luís. Associação Comercial do Maranhão, 1954.

provocado pelo transporte dos sedimentos das encostas e sua deposição nos vales e no próprio leito dos rios, com o conseqüente assoreamento dos mesmos, dificultando o escoamento, alargando o leito, aumentando o ritmo de evaporação da água e formando lagoas e lençóis aluviais pouco profundos. De um modo geral, os agricultores beneficiados com subsídios destroem a vegetação natural, revolvem os solos com máquinas, tomando-os mais sensíveis à ação erosiva e fazem culturas as mais variadas e pastagens para uma pecuária extensiva em cercados.

A modernização vai eliminando caboclos e posseiros, expulsando-os para as cidades que passam a ter um crescimento populacional bem superior ao crescimento funcional, dando margem à formação de bairros periféricos miseráveis que favorecem o ressurgimento e a expansão de epidemias, como o cólera e a dengue, que já haviam sido eliminadas desde o século XIX. Mais uma vez, uma política de crescimento econômico e de expansão da ocupação do território é feita sem preocupações sociais e ecológicas.

Finalmente, a quinta região nordestina é aquela fronteira e contígua à Amazônia, e geralmente chamada de Guiana Maranhense²⁰; compreende uma estreita faixa limítrofe ao Estado do Pará, drenada pelos rios Gurupi e Turiassu, tendo permanecido quase desabitada até o começo do século XX, período em que foi feita a exploração de ouro de aluvião. Os grupos indígenas que vivem aí estão sendo espoliados e degradados, da mesma forma que os posseiros que penetraram na área na primeira metade do século XX; naquele período, o aumento do consumo do arroz no Brasil provocou a expansão da sua cultura em áreas de fronteira agrícola e atraiu migrantes pobres que estabeleceram pequenas explorações, como os posseiros, sem possuir domínio sobre a terra. Geralmente eles eram seguidos, com alguns anos de intervalo, por comerciantes e fazendeiros que ocupavam as terras que iam sendo abandonadas devido ao empobrecimento e à lixiviação dos solos, cercando as mesmas para desenvolver a pecuária.

²⁰ ABREU, Silvio Fróes - Observações sobre a Guiana Maranhense. Revista Brasileira de Geografia. Ano I, n. 4. Rio de Janeiro, 1939.

A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) desenvolveu aí um projeto de povoamento sediado, inicialmente, em Pindaré-mirim e, depois, em Zé Doca, visando desenvolver uma agricultura organizada em cooperativas e destinada a produzir artigos de consumo interno e de exportação. Com o golpe de 1964, este projeto entrou em decadência, passando a ser desenvolvidos projetos particulares, de pecuaristas e produtores de soja, com grande disponibilidade de capitais e apoio governamental, através da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento do Norte). A região se encontra em grande parte desmatada e a frente de expansão agrícola avança pelo território paraense, já na Amazônia.

06 - O NORDESTE E A QUESTÃO NACIONAL

Observa-se que o Nordeste tem uma grande extensão territorial e uma grande população, trazendo uma contribuição econômica expressiva ao país. A sua pobreza não resulta da ausência de recursos e da incapacidade da população, mas do sistema federativo brasileiro, profundamente concentrador, que beneficia as regiões mais ricas em detrimento daquelas mais pobres ou em fase de ocupação. Para estabelecer o equilíbrio da Federação e a consolidação da unidade nacional, é necessário que o Sistema de Governo no Brasil se torne mais aberto e que os vários Estados e regiões tenham maior participação nos frutos do desenvolvimento. O destino do Nordeste e do Brasil está dependendo das necessidades de reformas de base nas quais o grupo dominante - cerca de 20 % ou 30 % da população - seja menos egoísta e permita uma distribuição mais justa da renda com a maioria absoluta da população que tem acesso, em condições as mais precárias, à alimentação, à habitação, à saúde e à educação; acesso que vem sendo restringido à proporção que o Brasil se moderniza.

Assim, a questão regional é apenas uma parte da questão nacional²¹, e os problemas do Nordeste só podem ser resolvidos com a solução de uma série de problemas do Brasil. A região não é um tumor, um ponto de miséria a ser extraído, mas uma área menos desenvolvida que comunga com mais intensidade das dificuldades e problemas nacionais. Mesmo áreas do Sudeste, como o Rio de Janeiro, segunda cidade do país, apresentam grandes focos de miséria, pobreza e criminalidade que estão a desafiar o poder político nacional e não apenas o estadual.

Com os recursos naturais de que dispõe, com os quadros técnicos que possui e livre do egoísmo de uma classe dirigente altamente espoliadora, não apenas nordestina, mas brasileira, o Nordeste e o Brasil estão maduros para a realização de reformas que transformem a modernização injusta e dolorosa em uma modernização que conduza à verdadeira modernidade. Modernidade que implique em compromissos com a eliminação da miséria e com a preservação do meio ambiente.

07 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvio Fróes. Observações sobre a Guiana Maranhense. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano I, n. 4. Rio de Janeiro, 1939.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e Pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo. Editora da UNESP, 1994.

_____. *Modernização e Pobreza*. São Paulo, Editora UNESP, 1994.

_____. *O Nordeste e a Questão Regional*. São Paulo. Ática, 1988.

²¹ ANDRADE, Manuel Correia de - O Nordeste e a Questão Regional. São Paulo. Ática, 1988.

- _____. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 5ª edição, São Paulo. Atlas, 1986.
- _____. *Tradição e Mudança. A ocupação de espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1983.
- _____. *Paisagens e Problemas do Brasil*. 5ª edição, São Paulo. Brasiliense, 1973.
- _____. *L'elevage dans le Norde-Est du Bresil*. Bordeaux. *Les Cahiers d'Outre Mer*. 1966, t. XXXI.
- EGLER, Walter Alberto. Contribuição ao Estudo da Caatinga Pernambucana. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 13 (44), 577-588, out. - dez., 1951.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da influência da cana na vida e na paisagem do Nordeste do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 4ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.
- GEOGRAFIA ET ECOLOGIE DE LA PARAÍBA (Brasil)*. CNPq/CNRS. Universidade Federal da Paraíba/Université de Bretagne Occidentale. Telence, 1982.
- KUHLMANN, Edgar. *Vegetação*, in *Geografia do Brasil-Nordeste*, Rio de Janeiro, IBGE, 1997.
- MEDEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio no Maranhão*. São Luís. Associação Comercial do Maranhão, 1954.
- MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. *Relevo*, In *Geografia do Brasil - Região Nordeste*. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.
- NIMER, Edmond. *Climatologia do Brasil*. Rio de Janeiro. SUFREN, IBGE, 1979.
- NOTAS DOMINICAIS*. Salvador. Progresso, 1958.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. 11ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1971.